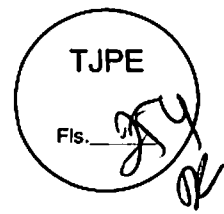




Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes



2ª CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL 40171-70.2008.8.17.0001 (266313-8) - 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DO RECIFE

RELATOR: DES. CÂNDIDO J F SARAIVA DE MORAES
REVISOR: DES. ALBERTO NOGUEIRA VIRGÍNIO
APELANTE: CAIXA DE ASSISTÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL
- CASSI
APELADO: HUMBERTO LIMA VASCONCELOS GOMES

EMENTA: CONSUMIDOR E PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO E RECURSO ADESIVO. PRELIMINAR DE SUSPENSÃO DO FEITO PREJUDICADA. PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE PASSIVA REJEITADA. PLANO DE SAÚDE. AUTORIZAÇÃO PARA CIRURGIA DE GASTROPLASTIA. NEGATIVA DE COBERTURA PARA OS HONORÁRIOS DOS MÉDICOS ANESTESIOLOGISTAS. VIOLAÇÃO DO PRINCÍPIO DA BOA-FÉ. RESSARCIMENTO INTEGRAL DA QUANTIA DESEMBOLSADA PELO CONSUMIDOR. DANOS MORAIS NÃO CONFIGURADOS. IMPROVIMENTO DOS RECURSOS.

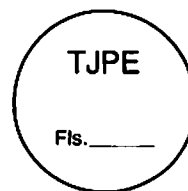
- A pretensão de suspensão da demanda até o julgamento da ação civil pública nº 001.2004.037720-3 resta prejudicada, afinal esta ação já foi julgada pelo E. TJPE. Preliminar de suspensão do feito prejudicada;

- A pretensão inaugural está fundada na responsabilidade da Seguradora tanto pelos danos decorrentes da má prestação do serviço, quanto pelas despesas efetuadas pelo Apelado com os

C



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Araújo de Moraes



honorários dos médicos anestesiológicos.

Preliminar de ilegitimidade passiva rejeitada;

- Mérito. A cobrança dos honorários dos médicos anestesiológicos foi efetuada nas dependências do hospital, porém antes do procedimento cirúrgico, não afetando o curso normal da cirurgia.

Configurado mero aborrecimento, insusceptível de gerar indenização por danos morais;

- Indiscutível o dever da Apelante ressarcir os gastos do Apelado com os honorários dos médicos anestesiológicos, afinal a anestesia constitui procedimento indispensável à cirurgia de gastroplastia para obesidade mórbida. Princípio da boa-fé contratual;

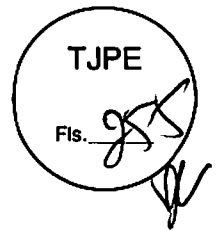
- No julgamento da AC 167799-0, oriunda de ação civil pública, a E. 6ª Câmara Cível deste Tribunal assentou a obrigatoriedade de observância pelos médicos anestesiológicos do Estado de Pernambuco da tabela de honorários constante da CBHPM - CLASSIFICAÇÃO BRASILEIRA HIERARQUIZADA DE PROCEDIMENTOS MÉDICOS;

- No caso em tela, o valor cobrado pela anestesia observou a tabela CBHPM 4ª edição, vigente à época do procedimento cirúrgico;

- Apelo e Recurso Adesivo improvidos.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes



A C Ó R D ã O

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, **ACORDAM** os Magistrados integrantes deste órgão fracionário em **JULGAR PREJUDICADA** a preliminar de suspensão do feito, **REJEITAR** a preliminar de ilegitimidade passiva e, no mérito, **NEGAR PROVIMENTO AOS RECURSOS**, de conformidade com o Termo de Julgamento e O voto do Relator que, revisto e rubricado, passa a integrar o julgado.

Recife, 16/03/13

Des. Cândido J F Saraiva de Moraes

Relator



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes



2ª CÂMARA CÍVEL

APelação CÍVEL 40171-70.2008.8.17.0001 (266313-8) - 3ª VARA CÍVEL DA
COMARCA DO RECIFE

RELATOR: DES. CÂNDIDO J F SARAIVA DE MORAES
REVISOR: DES. ALBERTO NOGUEIRA VIRGÍNIO
APELANTE: CAIXA DE ASSISTÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL
- CASSI
APELADO: HUMBERTO LIMA VASCONCELOS GOMES

R E L A T Ó R I O

Trata-se de Apelação interposta contra sentença (fls. 126/127) que julgou parcialmente procedente a Ação de Reparação de Danos Materiais e Morais, condenando a Ré, aqui Apelante, ao ressarcimento do valor complementar da despesa relativa aos honorários dos médicos anestesilogistas, na quantia de R\$1.143,20 (hum mil, cento e quarenta e três reais e vinte centavos), além de custas e honorários advocatícios fixados no patamar de 10% (dez por cento) sobre o montante da condenação, denegando, contudo, o pleito de indenização por danos morais.

Na exordial da demanda, o Autor, ora Apelado, informou ter a Apelante restituído administrativamente apenas uma parte dos honorários cobrados pelos anestesilogistas no momento do procedimento cirúrgico de gastroplastia a que foi submetido, remanescendo o importe de R\$1.143,20 (hum mil, cento e quarenta e três reais e vinte centavos).



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Araújo de Moraes

TJPE

Fls. _____

Desta feita, requereu a condenação da Apelante ao pagamento do valor complementar, além de indenização por danos morais, diante do constrangimento por si sofrido "em face da escusa da CASSI em não garantir a cobertura obrigatória dos anestesistas, agravando o estado psicológico, provocando-lhe angústia minutos antes de entrar no centro cirúrgico" (fls. 09).

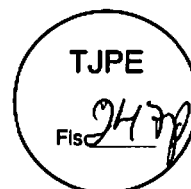
Às razões recursais (fls. 130/162), a Apelante suscita preliminar de suspensão do feito até julgamento definitivo da Ação Civil Pública nº 001.2004.037720-3, proposta pelo MPPE contra a COOPANEST - COOPERATIVA DOS MÉDICOS ANESTESIOLOGISTAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO, a qual discute o valor dos honorários destes profissionais, tendo repercussão na presente demanda.

Além disso, argui prefacial de ilegitimidade passiva, porquanto os danos alegados na inicial teriam sido causados por culpa exclusiva dos médicos anestesiologistas, os quais cobraram uma quantia excessiva a título de honorários, provocando a recusa de custeio pela Seguradora.

Em seguida, aduz a suficiência do reembolso efetuado administrativamente, no importe de R\$856,80 (oitocentos e cinquenta e seis reais e oitenta centavos), pois tal quantia teria sido calculada a partir da Tabela CBHPM - CLASSIFICAÇÃO BRASILEIRA HIERARQUIZADA DE PROCEDIMENTOS MÉDICOS, a qual estaria prevista no contrato.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes



Nessa esteira, sustenta a impossibilidade de reembolso do custo adicional eventualmente cobrado dos segurados pelos profissionais anestesiológicos.

Destarte, requer o acolhimento das preliminares suscitadas, para suspensão ou extinção do feito sem resolução do mérito. Alternativamente, pugna pelo provimento do apelo, para exclusão da condenação a título de ressarcimento, mantendo-se a sentença no que diz respeito à denegação do pedido de indenização por danos morais.

Por meio de Recurso Adesivo (fls. 169/185), o Apelado requer a condenação da Apelante ao pagamento de indenização por danos morais em face da negativa ilícita da mesma em custear os honorários do anestesiológico.

Contrarrazões (187/216 e 221/238) pugnando, em suma, pelo improvimento dos respectivos recursos.

É o relatório, no essencial.

À Revisão.

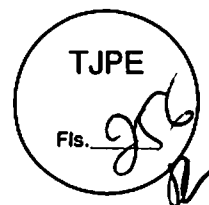
Recife,

Des. Cândido J F Saraiva de Moraes

Relator



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes



2ª CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL 40171-70.2008.8.17.0001 (266313-8) - 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DO RECIFE

RELATOR: DES. CÂNDIDO J F SARAIVA DE MORAES
REVISOR: DES. ALBERTO NOGUEIRA VIRGÍNIO
APELANTE: CAIXA DE ASSISTÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL
- CASSI
APELADO: HUMBERTO LIMA VASCONCELOS GOMES

V O T O

PRELIMINAR DE SUSPENSÃO DO FEITO

Na ótica da Apelante, o resultado desta demanda dependeria do julgamento definitivo da Ação Civil Pública nº 001.2004.037720-3, proposta pelo MPPE contra a COOPANEST - COOPERATIVA DOS MÉDICOS ANESTESIOLOGISTAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO, a qual discute o valor dos honorários dos profissionais de anestesia.

De plano, entendo prejudicada a presente prefacial. Isso porque a demanda acima mencionada já foi julgada definitivamente pelo E. Tribunal, nos autos da Apelação Cível nº 167799-0, sendo baixada à Vara de origem em 11.04.2011.

1C



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes

TJPE

Fls. _____

Ora, tendo sido julgada definitivamente a referida
Ação Civil Pública, resta prejudicado o pedido de suspensão
do presente feito.

Isto posto, julgo **PREJUDICADA** a preliminar de
suspensão do feito.

É como voto.

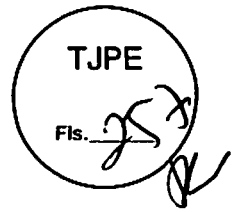
Recife,

265313
[Assinatura]
Des. Cândido J F Saraiva de Moraes

Relator



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Araújo de Moraes



PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE PASSIVA AD CAUSAM

Desde já, entendo descabida a prefacial de ilegitimidade passiva da Apelante.

Com efeito, a pretensão exposta na petição inicial da demanda não está baseada em erro médico, tampouco na conduta dos médicos anestesistas.

A pretensão inaugural encontra-se ancorada na atuação administrativa dos prepostos da operadora do plano de saúde, os quais, apesar de autorizarem o procedimento cirúrgico (gastroplastia), negaram a cobertura dos honorários dos médicos anesthesiologistas, deixando de cientificar o Apelado sobre a referida negativa.

Aponta-se, no caso, a má prestação do serviço pela Apelante, pois a negligência dos seus prepostos teria contribuído para o constrangimento suportado pelo paciente, ao ser informado, instantes antes da cirurgia, sobre a necessidade de custear com recursos próprios os honorários dos médicos anesthesiologistas, sob pena de não realização do procedimento cirúrgico.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes

TJPE

Fis. _____

Lado outro, discute-se a obrigação da Apelante reembolsar integralmente a quantia paga pelo Apelado aos médicos anestesilogistas.

Nestas condições, estando a pretensão inaugural fundada na responsabilidade da operadora do plano de saúde, entendo não merecer guarida a preliminar de ilegitimidade passiva.

Diante disso, **REJEITO** a preliminar ventilada.

É como voto.

Recife,

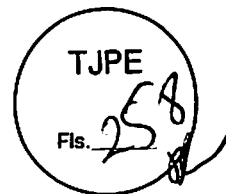
16V313
[Assinatura]

Des. Candido J F Saraiva de Moraes

Relator



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Lameira de Moraes



MÉRITO

Compulsando os autos, constato ter o Apelado obtido autorização do seu plano de saúde, aqui Apelante, para realização do procedimento cirúrgico de "gastroplastia para obesidade mórbida". Verifico, ainda, ter sido a cirurgia agendada para o dia 02.04.2008.

Na data prevista, o Apelado compareceu à unidade hospitalar e foi devidamente acomodado. Entretanto, antes do procedimento cirúrgico, recebeu a visita dos médicos anestesiológicos, os quais o informaram sobre a negativa da Apelante em custear os seus honorários, propondo que o mesmo emitisse um cheque no valor de R\$2.000,00 (dois mil reais), com prazo de 30 (trinta) dias, tempo suficiente para obtenção do reembolso junto à Apelante.

Após a emissão da cártula por sua avó, o paciente foi submetido à anestesia e ao procedimento cirúrgico.

De logo, entendo não configurado o dano de ordem moral, pois os acontecimentos narrados pelo Apelado representam meros aborrecimentos do cotidiano, não ocasionando violação a direito da personalidade.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Pereira de Moraes

TJPE

Fls. _____

A cobrança foi realizada nas dependências do hospital, porém antes do procedimento cirúrgico, não afetando o curso normal da cirurgia de gastroplastia.

No meu sentir, o fato configurou mero aborrecimento, insusceptível de causar dano moral. O Recurso Adesivo deve ser improvido, mantendo-se a sentença no pertinente à denegação do pedido de indenização por danos morais.

D'outra banda, afigura-se indiscutível o dever da Apelante pagar os honorários dos médicos anesthesiologistas, afinal a anestesia constitui procedimento indispensável à cirurgia de gastroplastia para obesidade mórbida.

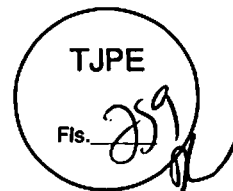
Na situação em tela, a Apelante adotou 2 (dois) comportamentos contraditórios: autorizou a realização da cirurgia e, depois, negou a cobertura dos gastos com a anestesia. Tal modo de agir viola o princípio da boa-fé contratual, como se depreende do julgado adiante transcrito:

.....

PLANO DE SAÚDE - REALIZAÇÃO DE EXAME DE "DESCORTINAÇÃO PULMONAR POR VIDEOTORACOSCOPIA" - RECUSA NA COBERTURA DO VALOR RELATIVO À ANESTESIA DO PROCEDIMENTO MÉDICO - SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA - TÉCNICA MENOS INVASIVA PREVISTA DE FORMA GENÉRICA NO ROL DE PROCEDIMENTOS DA ANS - 1- Embora não haja previsão expressa do emprego da técnica de videolaparoscopia para o exame de "descortinação pulmonar", havendo previsão genérica do emprego dessa técnica no rol de procedimentos da ANS, por ser menos invasiva, não se pode considerar estar a mesma excluída dos procedimentos cobertos no plano de saúde



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Pres. Cândido J. F. Saraiva de Moraes



do autor. 2- Além disso, viola o princípio da boa-fé objetiva a cobertura do procedimento em si e a recusa ao pagamento do valor relativo à anestesia. Além da função interpretativa imposta por tal princípio, há de se destacar na hipótese dos autos a função restritiva do exercício abusivo de direitos contratuais, como o é a invocação de cláusula de exclusão do procedimento anestésico, quando há previsão de cobertura do próprio procedimento, além do que a função criadora de deveres anexos ou acessórios, não tolerando o "venire contra factum proprium", ou seja, a conduta contraditória da empresa de Plano de Saúde que, em princípio, autoriza o procedimento (fl. 22), mas posteriormente apresenta a recusa parcial de cobertura. (...). Recurso improvido. (TJRS – RIn 71002543916 – 3ª T.R.Cív. – Rel. Ricardo Torres Hermann – J. 12.08.2010).

.....

Inexistindo dúvida quanto à obrigação da Apelante pagar as despesas da anestesia, resta examinar o valor dos honorários dos médicos anestesiológicos.

Neste ponto, registro ter a E. 6ª Câmara Cível deste Tribunal declarado, através de aresto transitado em julgado - proferido na Apelação Cível nº 167799-0, oriunda da Ação Civil Pública nº 001.2004.037720-3 -, a *obrigatoriedade de observância pelos médicos anestesiológicos da tabela de honorários constante da CBHPM - CLASSIFICAÇÃO BRASILEIRA HIERARQUIZADA DE PROCEDIMENTOS MÉDICOS*, documento este elaborado pela Associação Médica Brasileira - AMB.

Eis a ementa do aludido acórdão, verbis:

.....



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes

TJPE

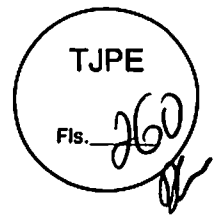
Fis. _____

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE ANESTESIOLOGIA AOS USUÁRIOS DA REDE PÚBLICA ESTADUAL DE SAÚDE, BEM COMO AOS USUÁRIOS DAS SEGURADORAS E PLANOS DE SAÚDE PRIVADOS NO ESTADO DE PERNAMBUCO. IMPOSSIBILIDADE DA DETERMINAÇÃO DO ATENDIMENTO A ESTES ÚLTIMOS MEDIANTE A SIMPLES APRESENTAÇÃO DA CARTEIRA DE ASSOCIADO, INDEPENDENTEMENTE DE PAGAMENTO PRÉVIO DO CONSUMIDOR. INEXISTÊNCIA DE QUALQUER VÍNCULO CONTRATUAL ENTRE A COOPANEST E AS SEGURADORAS DE SAÚDE. OBRIGATORIEDADE, CONTUDO, DA OBSERVÂNCIA DA TABELA DA CBHPM PARA REALIZAÇÃO DA COBRANÇA DOS HONORÁRIOS MÉDICOS. PROVIMENTO PARCIAL, POR UNANIMIDADE DE VOTOS. PREJUDICADOS O AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0167697-1 E O AGRAVO REGIMENTAL Nº 0167697-1/01. - No tocante à prestação de serviço à rede pública estadual, a cooperativa apelante efetivou a renovação de seus convênios dentro da tabela CBHPM. - Em relação aos consumidores, usuários das operadoras de saúde, afigura-se de extrema relevância a proteção à saúde dos mesmos, contudo, inexistente vínculo contratual entre a COOPANEST e as referidas empresas desde o Movimento pela Dignidade Médica, deflagrado em 2004. Não há, portanto, como se impingir à referida classe médica que execute seus serviços mediante a simples assinatura da respectiva guia pelo segurado, visto que se estaria exigindo do profissional a prestação do ofício sem que haja a prévia contratação dos honorários, tampouco a certeza do seu recebimento. - No caso dos autos, a única medida possível como meio de proteção ao consumidor, haja vista o domínio da COOPANEST que congrega 99% dos anestesiologistas da cidade do Recife, cinge-se na determinação da cobrança de honorários médicos através da CBHPM, conforme previsto na Lei Estadual nº 12.562/2004. (g.n.).

O julgado supramencionado possui eficácia erga omnes, por ter sido prolatado em Ação Civil Pública. Assim, os profissionais vinculados à COOPANEST - COOPERATIVA DOS MÉDICOS ANESTESIOLOGISTAS DE PERNAMBUCO devem observá-la.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Araújo de Moraes



Na hipótese em questão, a Apelante alega a inobservância da tabela CBHPM pelos médicos anestesiológicos que atenderam o Apelado.

Entretanto, da análise dos autos, verifico que os profissionais anestesiológicos seguiram a tabela CBHPM vigente no dia da realização do procedimento anestésico (02.04.2008), ou seja, a CBHPM 4ª edição, a qual atribui porte 7 à anestesia de gastroplastia para obesidade mórbida (fls. 123).

A tabela CBHPM 4ª edição prevê, ainda, um adicional de 30% (trinta por cento) para o médico anestesiológico auxiliar (fls. 122).

O cálculo efetuado pelos médicos que atenderam o Apelado observa esses parâmetros (fls. 118). Desta feita, a obrigação da Apelante abrange todo o valor cobrado pela anestesia (R\$2.000,00), não se restringindo ao importe ressarcido administrativamente (R\$856,80).

A propósito, saliento ter a Apelante calculado o valor da anestesia a partir de uma tabela de honorários desatualizada, quer dizer, a CBHPM 3ª edição (fls. 72/73), a qual vigorou até setembro de 2005.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes

TJPE

Fls. _____

Nesta tabela, o procedimento anestésico aplicado no Apelado é apontado como de porte 6. Além disso, não há previsão de adicional para o anestesilogista auxiliar.

O cálculo efetuado com base em tais parâmetros resultou no importe de apenas R\$856,80 (oitocentos e cinquenta e seis reais e oitenta centavos), bastante inferior ao montante previsto na tabela CBHPM 4ª edição - vigente à época do procedimento cirúrgico (02.04.2008).

Nestas condições, deve ser mantida a sentença que condenou a Apelante a ressarcir o valor complementar dos honorários de anestesia cobrados do Apelado, no importe de R\$1.143,20 (hum mil, cento e quarenta e três reais e vinte centavos).

Ante o exposto, **NEGO PROVIMENTO AOS RECURSOS**, mantendo a sentença vergastada em todos os seus termos.

É como voto.

Recife,

260313
[Assinatura]

Des. Cândido J F Saraiva de Moraes

Relator



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador Alberto Nogueira Virgínio

250
pf

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0266313-8-RECIFE/PE

DESPACHO

Inclua-se em pauta para julgamento.

Recife, 16 de janeiro 2013.


Alberto Nogueira Virgínio
Desembargador Revisor